

## **INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS: UM OLHAR MAIS DE PERTO**

A presente pesquisa baseia-se em atos interpretativos envolvendo três cidades de referência em educação de pessoas surdas no estado do Rio Grande do Sul. Em cada cidade, foram analisados um texto inicial, repassado em língua de sinais (LS) por um intérprete e um texto final, obtido a partir da tradução do mesmo texto de LS para português, por um segundo intérprete. A partir daí, a pesquisadora investigou a fidelidade dos intérpretes durante seu trabalho de interpretação. Apesar de os intérpretes e os surdos terem familiaridade com o assunto dos textos iniciais, estes foram parcialmente ou completamente alterados em alguns casos. Pode-se considerar que de alguma maneira a maioria dos intérpretes desta pesquisa teve atitudes que denotam a supremacia do ouvinte sobre o surdo, na medida em que alteraram o assunto dos textos através de suas cosmovisões e posições ideológicas.

Palavras-chave: Interpretação; língua de sinais; fidelidade.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos trinta anos, aproximadamente, muitas questões em relação à surdez estão sendo contempladas através de pesquisas científicas. Discussões em torno de metodologias de ensino, escola inclusiva, currículos escolares, entre outras, têm possibilitado novos olhares sobre a educação de surdos.

Essas discussões estão balizadas, muitas vezes, na aceitação da língua de sinais (LS) como essencial à vida do surdo e nos estudos sobre a LS e sobre a pessoa surda. E, a partir desse refletir, emerge a participação das pessoas surdas nos projetos referentes a suas próprias vidas. Pois, através da LS, o surdo constitui-se enquanto sujeito imerso no mundo, com possibilidade de situar-se no seu momento histórico.

Relacionadas a essa possibilidade estão as solicitações dos surdos em relação às suas necessidades. Nesse sentido, reporto-me à necessidade de redimensionar o trabalho de intérprete de LS, tendo em vista a solicitação feita pelos surdos no XII Congresso Mundial de Educação dos Surdos, ocorrido na Áustria, em 1995, e encaminhada à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS): "É preciso colocar em andamento a capacitação de intérpretes de LS e prover serviços de interpretação." (FENEIS, 1996, p. 4).

A necessidade de pesquisar sobre questões relativas ao intérprete emerge dos estudos sobre bilingüismo e surdez, considerando que a pessoa surda apresenta uma língua própria, mas que, sem dúvida, convive com a língua oral (LO), geralmente como segunda língua. Manter contato com duas línguas alternativamente (MOUNIN, 1963) constitui o que tem sido denominado bilingüismo.

Essa situação bilingüe perpassa a vida dos surdos, ou seja, eles mantêm comunicação ora através da LS, ora através da LO. Essas duas línguas apresentam estruturas e modalidades diferentes. Numa LO, emissão e recepção ocorrem através da fala e audição, respectivamente. Numa LS, emissão e recepção ocorrem através de gestos e visão.

Em conseqüência, na medida em que as pessoas surdas necessitam ou desejam se comunicar com os ouvintes, isso usualmente lhes ocasiona problemas, até mesmo emocionais, pela ineficiência dessa comunicação. Esse é o momento em que o intérprete se torna relevante na mediação do contato entre surdos e ouvintes. O intérprete de LS, hoje, insere-se no cotidiano das pessoas surdas em centros universitários, consultórios médicos, tribunais, enfim, onde haja necessidade de um intermediário entre a língua portuguesa oral e a LS.

A história demonstra que avanços na área da interpretação já foram alcançados. SOLOW (1996) afirma que o intérprete de LS era uma pessoa que trabalhava com pessoas surdas e, em decorrência desse convívio, aprendeu a LS. Muitos desses voluntários trabalhavam por generosidade, mas, sem dúvida, ajudaram a formar intérpretes geração após geração.

A realidade brasileira em relação à interpretação é bastante difícil, pois o intérprete encontra poucas possibilidades de exercício profissional, com remuneração muitas vezes injusta e difícil acesso a

d á d ã A FENEIS é id d f d f ã d i é

Hoje, podem-se apontar algumas conquistas nessa área, como a criação da Central de Intérpretes em Porto Alegre, atualmente com quarenta intérpretes registrados; a autorização para a criação da carreira de intérpretes no município do Rio de Janeiro, ocorrida em 1995, e no estado do Maranhão, ocorrida em 1993.

Mesmo com pequenos avanços, é urgente levantar questões pertinentes à educação de surdos, como, por exemplo, o papel do intérprete. Mesmo com as dificuldades relacionadas à formação e profissionalização do intérprete, este já atua onde há necessidade de transmitir informações em LS para surdos.

Para uma compreensão mais ampla da atividade do intérprete, faz-se necessário definir certos termos. Traduzir é passar um texto escrito de uma língua-fonte para uma língua-meta, sendo que língua-fonte é a língua dos textos a traduzir e língua-meta é a língua dos textos traduzidos. Entretanto, quando o texto for oral, diz-se que há interpretação, e quem a realiza é o intérprete. Há diversas definições de tradução e interpretação, sendo relevante considerar algumas características em ambas.

No seu trabalho, o tradutor dispõe de tempo, podendo utilizar estratégias como glossários, notas de rodapé, comentários, etc. Já o intérprete age com rapidez de ritmo e limitação de tempo, pois a presença do emissor, segundo RONAI (1987), "força o intérprete a poucas possibilidades de refletir sobre o texto da língua-fonte." Do intérprete é exigido raciocínio rápido, intuição, capacidade de dedução, concentração e memória.

É importante salientar que interpretar não é tarefa das mais fáceis, pois não se refere a um ato mecânico, não basta substituir palavras da língua A por equivalentes na língua B. Dentre tantas exigências e questionamentos colocados ao ato de interpretar está a possibilidade ou não de haver fidelidade no momento da interpretação. Deve-se considerar que interpretação fiel não significa interpretação literal, pois esta última torna-se impossível, na medida em que não existem línguas estruturalmente idênticas, de modo que haja equivalência absoluta entre seus enunciados.

Além desses aspectos, há particularidades na interpretação em LS, dadas as diferenças de modalidade e estrutura nas línguas em questão. BRITO (1993) diz que existe uma diferença sensível entre conhecer o mundo através do inglês e do português, que são duas línguas orais. Essa afirmação tem a ver com a hipótese de WHORF (1973), segundo a qual vemos o mundo da maneira como nossa língua determina que o vejamos.

A particularidade relevante no caso da interpretação em LS refere-se ao fato de que as línguas orais (auditivo-verbais) e sinalizadas (viso-gestuais) possuem canais de recepção e produção diferentes, o que, seguramente, individualiza a maneira como os usuários de cada língua percebem e interpretam o mundo.

A partir dessa realidade, visões de mundo diferentes entre emissor, intérprete e receptor, surge a polêmica sobre a fidelidade na interpretação. Pois as cosmovisões se apresentam segundo as diferentes estruturas lingüístico-culturais e coexistem em uma possível situação de servidão do intérprete, no momento do ato interpretativo.

MOUNIN (1975, p. 56) coloca que

A intradutibilidade na cultura resulta, paralelamente, de não existirem situações idênticas na cultura de uma língua e na de outra. Estas situações particulares nascem a partir dos usuários de uma determinada língua. Neste caso, as holófrases - conceitos que só têm designação dentro de um idioma - seriam um obstáculo importante no trabalho de tradução e interpretação. Quando ocorre essa situação na interpretação em LS, o intérprete pode recorrer ao alfabeto datilológico, como recurso de substituição das palavras ainda não sinalizáveis.

Em qualquer caso, o intérprete deve conhecer com profundidade a língua-meta, o que vai facilitar sua atividade, e também, deve dominar a língua-fonte, o que lhe vai permitir a compreensão das intenções do autor, encontrando os termos equivalentes possíveis, durante o ato interpretativo.

Outra condição que colabora para o êxito na interpretação é o acesso com antecedência ao texto da língua-fonte. Quando esse contato for possível, com certeza o intérprete poderá fazer uma análise mais detalhada das propriedades do material textual a ser interpretado. No momento em que o intérprete

f ili i t t l d á ifi l d li i j it õ

CAMPOS (1987, p. 52-53) alerta-nos para isso, afirmando que é uma espécie de norma inerentemente o texto a ser interpretado, com o objetivo de obter uma visão global da obra. Isso traz à tona da memória do intérprete elementos do seu acervo cultural, conhecimentos gerais e específicos em relação ao assunto.

Em diversas ocasiões, os lapsos de memória podem redundar em algumas situações indesejáveis, onde a interpretação pode apresentar falhas que nem sempre são percebidas e, por isso mesmo, são mais perigosas. CAMPOS (1987) apresenta os seguintes casos:

- Amplificação: a mesma informação é dita na tradução com um número de palavras maior que o do original. Isto decorre de alguma lacuna, ou seja, da falta de palavras na língua-meta que possam, em menor número, expressar o que está expresso em poucas palavras no texto da língua-fonte;
- Condensação: consiste em dizer com um menor número de palavras da língua-meta o que na língua-fonte está dito com um maior número de palavras. Como as estruturas lingüísticas dos idiomas em questão são diferentes, nem sempre uma idéia requer o mesmo número de palavras nas duas línguas. O problema, entretanto, é que o intérprete pode resumir as idéias do falante, condensando-as de tal maneira que altere seu conteúdo.
- Explicitação: tem lugar toda vez que o intérprete carece de alguma informação que possibilite o melhor entendimento do texto a ser interpretado; nesse caso, o intérprete interrompe seu trabalho para solicitar esclarecimentos da parte do autor.
- Omissão: caracteriza-se pela ausência de algum termo crucial para a compreensão das intenções do autor, muitas vezes ocorrida por falta de qualificação do intérprete para desempenhar o seu ofício.

Nesse sentido, há também que se considerar que uma palavra colocada fora do contexto em relação ao assunto da língua de partida, pode ocasionar distorções graves em relação às intenções do autor. É necessário muito cuidado no sentido de não deturpar as palavras do emissor.

Outro fator que interfere na fidelidade da interpretação, se inclui o aspecto ideológico da linguagem, apontado por Volochinov (apud BORDENAVE, 1988, p. 20-21): "A linguagem é a materialidade específica da ideologia. Além da materialização específica da ideologia, a linguagem atua como sua transmissora e perpetuadora. Ela confirma os sistemas de crença que legitimam as instituições de poder".

Foucault (apud BORDENAVE, 1988, p. 20-21) acentua que não se pode separar o conhecimento lingüístico do ideológico e como, através de vários mecanismos, o discurso é disciplinado. É o princípio do proibido. Não se pode falar de tudo. Não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Não se pode falar de tudo para qualquer pessoa. Diz também que o sentido do discurso se origina em outros discursos previamente existentes, que lhe fornecem matéria-prima.

Isso remete aos discursos preexistentes na experiência do intérprete e nos assegura que há questões a serem consideradas em relação a sua subjetividade. Pois será ele capaz de agir como um filtro no momento da interpretação, despidendo-se da sua cosmovisão, agindo com neutralidade?

Metodologia: O presente estudo tratou de questões referentes à possibilidade de haver ou não fidelidade em atos interpretativos realizados em três cidades do RS, denominadas A, B e C. Para tanto, foi filmada a atuação de um intérprete em cada cidade, interpretando dois textos. Após, os textos foram recontados por um sujeito surdo e subsequentemente um segundo intérprete assistiu à recontagem e reescreveu os textos em português. O conteúdo lingüístico dos textos finais foi comparado com o conteúdo dos textos iniciais, usando-se de análise das proposições recuperadas no texto final em relação ao inicial, quando pertinente.

### **Considerações finais**

A fidelidade demonstrou ser bastante variável durante os atos interpretativos relacionados às interpretações A, B e C. Pode-se concluir que as discrepâncias ocorreram devido a vários fatores.

A interpretação A apresentou qualidade preponderante em relação ao tema deste trabalho. Apesar de os intérpretes terem cometido algumas infidelidades, essas não interferiram no conteúdo do texto final de modo a modificar completamente seu significado. Esses intérpretes estão cotidianamente convivendo com a língua/cultura meta, o que é um fator que contribui para o êxito no trabalho interpretativo. Mas na situação A, o que sobressaiu das demais interpretações é que os seus intérpretes estão constantemente aprofundando conhecimentos na área de educação de surdos, o que garante uma concepção diferenciada sobre a surdez, concepção que não resulta em infidelidades durante o ato interpretativo resultantes de preconceito sobre a capacidade de o surdo compreender a mensagem que

coerente e plausível. Esse êxito pode ser atribuído ao contexto de escola especial na qual o sujeito está inserido, onde cotidianamente mantém contato com o intérprete, que atua na escola também como professor. Isso garante ao surdo uma melhor compreensão das mensagens transmitidas através desse intérprete. Além disso, o sujeito surdo apresenta ótima fluência em LS, o que também otimiza o intercâmbio comunicativo entre sujeito surdo e o intérprete de LS.

Na interpretação B, o primeiro intérprete, particularmente durante a interpretação do texto 1, citou um exemplo ao introduzir o texto, e o sujeito surdo, por sua vez, no momento de recontar o texto, conduziu a recontagem partindo de sua vida pessoal; assim, o texto final diferenciou-se do texto inicial quanto ao conteúdo textual. Parece que, ao exemplificar, o intérprete sugeriu ao surdo que outros exemplos poderiam ser incorporados ao conteúdo textual. O mesmo não ocorreu com relação ao texto 2, ou seja, não houve exemplificação, logo o sujeito surdo não modificou as intenções do autor, expressadas no texto inicial.

Na interpretação B, o primeiro intérprete, apesar de conviver cotidianamente com as pessoas surdas, praticando a LS, não frequenta curso de pós-graduação, fator que parece ter demarcado a diferença qualitativa entre as interpretações A e B, em relação, à fidelidade ao ato interpretativo.

Na interpretação C, o primeiro intérprete também usou exemplos durante a interpretação do texto 1, o que foi provavelmente um dos fatores que levaram o sujeito surdo a recontar o texto baseado na sua história de vida. E, subseqüentemente a essa interferência, o segundo intérprete foi infiel ao reescrever o texto, omitindo termos essenciais ao conteúdo do texto inicial.

A mesma situação discrepante ocorreu com o texto 2 da interpretação C. Porém, nesta o primeiro intérprete não exemplificou, mas amplificou de outras maneiras, omitiu termos e fez substituições; e o sujeito surdo recontou o texto de maneira repetitiva, com idéias truncadas e destoantes àquelas do texto inicial, incorporando sua própria visão de mundo ao texto. O segundo intérprete, por sua vez, proporcionou situações de omissão e amplificação, que redundaram numa grande distorção do texto final quando comparado ao inicial.

A interpretação C diferenciou-se nitidamente das demais, pois partiu de um contexto bastante diferenciado, ou seja, um contexto de escola regular de ensino. Nesta os sujeitos surdos estão inseridos em classes regulares, os professores não dominam a LS, e os professores de sala de recursos, também com pouca fluência em LS, utilizam uma comunicação bimodal.

Outro fator que pode ter interferido na qualidade da interpretação C é o pouco contato que aquela comunidade escolar tem com intérpretes de LS. Naquela escola não há intérpretes, nem mesmo um projeto no qual participem intérpretes, o que prejudica a interação comunicativa entre professores e alunos.

Assim, no aspecto geral, o que provavelmente determinou a diferença entre as interpretações, foi a qualificação dos intérpretes. Conclui-se que os intérpretes que estão permanentemente aprofundando conhecimentos com relação à educação de surdos foram mais fiéis, pois não expuseram tanto suas cosmovisões durante o ato interpretativo, não revelando preconceitos com relação à compreensão dos textos pelos surdos, preconceito que está associado à incapacidade de os surdos compreenderem as informações passadas. O contato cotidiano dos intérpretes com a língua/cultura de chegada foi outro fator importante para a qualidade do ato interpretativo, uma vez que, acredita-se, isso amplia o vocabulário em LS e aguça a memória do intérprete para os termos já apreendidos por ele.

Este trabalho leva à conclusão que a formação atual dos intérpretes necessita ser repensada. O ato de interpretar é uma tarefa mais complexa do que se presume e exige dos envolvidos não somente a prática de interpretação, mas profundo conhecimento teórico sobre a área.

É indispensável que programas de pós-graduação contemplem essa discussão, relacionando-a especialmente à interpretação em língua de sinais, visando a qualificação do intérprete de língua de sinais.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

BORDENAVE, M. C. Tradução: Encontro de Linguagens e Ideologias. In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. Campinas, (11); 19-25, jan./jun., 1988.

BRITO, Lucinda. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CAMPOS, Geir. **O que é tradução**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RONAI, Paulo. **Escola de tradutores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SOLOW, Sharon. **Sign language interpreting: a basic resource book**. Maryland: Silver Spring. The National Association of the Deaf. 12. ed., 1996.

WHORF, B. L.. **Language, thought and reality**. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1973.

---

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Edição: 2001 - Vol. 26 - Nº 01 > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**